



A EXPRESSÃO “QUESTÃO SOCIAL” EM QUESTÃO: UM DEBATE NECESSÁRIO AO SERVIÇO SOCIAL

The word “Social Issue” in question: a debate required for Social Work

Yolanda Guerra*

 <https://orcid.org/0000-0003-1330-9587>

Alfredo Batista**

 <https://orcid.org/0000-0003-1029-9598>

RESUMO

O presente artigo indica uma chave de interpretação crítica, histórico-ontológica, sobre o surgimento da expressão “questão social”. Contraindo-nos à literatura burguesa, buscamos desvelar o que entendemos como o “invólucro místico” que a envolve, em alguns países da Europa no século XIX onde surge essa expressão para designar uma nova dinâmica resultante das relações sociais de produção/reprodução que ali se gestam, momento em que a luta de classes ameaça o ordenamento social. Após percorrermos este caminho de investigação e análise, concluímos que a expressão “questão social” é apropriada pelo pensamento conservador para explicar e justificar o alastramento e o aprofundamento das sequelas oriundas da exploração absoluta que tomava conta das famílias proletárias e, ao mesmo tempo, da materialização da classe trabalhadora na condição de classe para-si, dois conteúdos que estremeceram as bases estruturantes do projeto societário burguês a partir de 1830 e que se aprofundaram com a revolução de 1848 no continente europeu. Ao tomá-la como uma expressão que oculta os fundamentos econômicos e políticos que constituem ontologicamente o modo de produção capitalista, consideramos que ela obscurece tanto a contradição, que é o motor da história, quanto a necessidade vital e impostergável da supressão da ordem burguesa, e não a sua mitigação, no contexto deste ordenamento social. A partir desta reflexão entendemos que só a crítica elaborada pelo materialismo histórico-dialético permite ir à raiz do que temos denominado na produção teórico-bibliográfica e na formação profissional de assistentes sociais no Brasil como “questão social” e por quais mediações ela entretece a profissão.

PALAVRAS-CHAVE

Questão Social. Consciência de Classe. Exploração Capitalista. Decadência da Ciência.

* Assistente social. Doutora em Serviço Social. Professora Associada da Universidade Federal do Rio de Janeiro nos âmbitos da Graduação e da Pós-Graduação. (UFRJ, Rio de Janeiro, Brasil). Av. Pasteur, nº 250, Urca, Rio de Janeiro (RJ), CEP.: 22290-240. E-mail: yguerra1@terra.com.br.

** Assistente Social. Doutorado em Serviço Social. Professor de ensino superior da Universidade Estadual do Oeste do Paraná-PR. (UNIOESTE, Cascavel, Brasil). R. Universitária, nº 1619, Universitário, Cascavel (PR), CEP.: 85819-110 E-mail: comuna12@uol.com.br.

DOI 10.22422/temporalis.2021v21n42p126-142



© A(s) Autora(s)/O(s) Autor(es). 2021. **Acesso Aberto** Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR), que permite copiar e redistribuir o material em qualquer suporte ou formato, bem como adaptar, transformar e criar a partir deste material para qualquer fim, mesmo que comercial. O licenciante não pode revogar estes direitos desde que você respeite os termos da licença

ABSTRACTS

This article indicates a key for critical, historical-ontological interpretation on the emergence of the expression "social question". It seeks to unveil what we understand as the "mystical envelope" that surrounds it, based on bourgeois literature, in some European countries in the 19th century where this expression appears to designate a new dynamic resulting from the social relations of production/reproduction that there they gestate, a moment when the class struggle threatens the social order. After following this path of investigation and analysis, we conclude that the expression "social issue" is appropriated by conservative thinking to explain and justify the spread and deepening of the consequences arising from the absolute exploitation that took over proletarian families and, at the same time, the materialization of the working class as a class for itself. Two contents that shook the structuring bases of the bourgeois societal project from 1830 onwards and which deepened with the revolution of 1848 on the European continent. By taking it as an expression that hides the economic and political foundations that ontologically constitute the capitalist mode of production, we consider that it obscures both the contradiction, which is the engine of history, and the vital and unavoidable need for the suppression of the bourgeois order, and not its mitigation in the context of this social order. Based on this reflection, we understand that only criticism, elaborated by historical-dialectical materialism, allows going to the root of what we have called theoretical-bibliographic production and professional training of social workers in Brazil as a "social issue" and through which mediations it weaves the profession..

KEYWORDS

Social Issue; Pauperism; Class Consciousness; Capitalist Exploitation; Decay of Science

Submetido em: 30/8/2021.

Aceito em: 2/12/2021.

INTRODUÇÃO

As fontes teórico-metodológicas que fundamentam o processo formativo bem como o trabalho profissional de assistentes sociais trazem, em sua esteira sócio-histórica, conteúdos que têm relação direta com obras temáticas de cariz conservador laicas e confessionais. Estas, oriundas da elaboração dos teóricos burgueses, sedimentam determinada perspectiva de classe a partir do século XIX. No entanto, no curso da história, nas décadas de 80 e 90 do século passado, um conjunto de contribuições alargou e alimentou os referenciais que fundamentam a pesquisa e a produção de conhecimento em Serviço Social sob a perspectiva da matriz marxiana e da tradição marxista. É a partir deste referencial que trataremos, neste artigo, da expressão "questão social".

Entendemos que o debate sobre a expressão "questão social", sua natureza e os fundamentos que a explicam estão postos na agenda de pesquisa para o Serviço Social desde a aprovação das Diretrizes curriculares que orientam a formação profissional, de 1996 até o tempo presente. Nesta direção, nossa abordagem do tema busca distinguir a gênese, o significado semântico da expressão "questão social", daqueles fenômenos/processos sociais que ele designa, cujos fundamentos e lógica de constituição precisam ser desvendados pela análise crítico-ontológica, indicando o traço mistificador que o pensamento conservador atribui à esta expressão. Destaca-se que haveria, ainda, que trabalhar as múltiplas formas que na ordem burguesa tais fenômenos são enfrentados, contudo, considerando os limites deste artigo, essa dimensão do debate não será abordada.

Partimos da premissa de que a expressão "questão social" é parte constitutiva do arsenal bélico que a classe burguesa utiliza, todos os dias, desde o momento em que ela se vale da fragmentação da ciência para justificar o seu projeto societário na sua dimensão universal. Para tanto, faz da totalidade da ciência a sua negação, fragmentando o conhecimento científico em disciplinas específicas com objetos próprios, de modo que a decadência ideológica "[...] fuge

covardemente da expressão da realidade e mascara a fuga mediante o recurso ao ‘espírito científico objetivo’ ou a ornamentos românticos” (LUKÁCS, 2010, p. 61). A partir desta manobra, a verdade, presente no real, aparece por meio de conteúdos manipulatórios, dando vazão à apreensão imediata, espontânea e sob critérios utilitários justificadores da realidade.

Contudo, o que salta aos nossos olhos é que a ousadia e a capacidade retórica da apologética burguesa utilizada nos diferentes meios nos quais se insere, com destaque para os espaços acadêmicos, têm conquistado mentes e corações dos indivíduos pertencentes à classe burguesa, mas, de forma exponencial, também dos trabalhadores. No que tange à expressão “questão social”, utiliza-se de um arcabouço teórico que ao invés de revelar o verdadeiro significado das duas situações históricas, a pauperização e a constituição da classe trabalhadora na condição de para-si, as trata como resultado do acaso, da naturalização das relações estabelecidas na vida cotidiana entre os indivíduos e não como decorrente das lutas travadas entre os projetos societários das classes burguesa e proletária, a partir da primeira quadra do século XIX.

Na profissão Serviço Social, nas esferas da formação e do trabalho profissional, a expressão “questão social” se enraíza, a partir da construção das Diretrizes curriculares de 1996 e é compreendida como responsável em expressar em seu conteúdo o objeto/matéria prima do Serviço Social. Apesar de estar presente neste conteúdo e em outros textos acadêmicos, a discussão teórico-prática não apresenta consenso.¹ Nessa direção e com esse intuito, situaremos sócio-historicamente os fenômenos que a nosso ver deram origem à utilização da expressão “questão social” pela burguesia, passo prévio e necessário para determinar a natureza semântica desta expressão e a dinâmica revolucionária que ela esconde, cuja interpretação nos encaminha para a busca das raízes e dos fundamentos que constituem os processos sócio-históricos que são designados como “questão social”.²

O PROCESSO SÓCIO-HISTÓRICO DA CONSTRUÇÃO DA EXPRESSÃO “QUESTÃO SOCIAL”

O cenário histórico europeu ilustrava ao mundo a realização de duas grandiosas revoluções. Na segunda quadra do século XVIII na Inglaterra e, posteriormente, na França, a burguesia colocou seu projeto societário moderno na ordem do dia. Na Inglaterra, a máquina de fiar, o tear hidráulico e a máquina a vapor sacudiram as estruturas de produção e de reprodução na ilha. Logo em seguida, na França, as forças políticas pautadas na proposição filosófica iluminista tomaram a dianteira, uma vez que “em teoria seu objetivo era libertar todos os seres humanos”. (HOBBSAWM, 1977, p. 38). A consagração das duas revoluções colocou fim ao projeto societário feudal.³ Dois países, num mesmo continente, ergueram o estandarte da

¹ As contribuições teóricas que tratam desta temática já é extensa, porém, nos cabe registrar as elaborações presentes nas obras: “Diretrizes Curriculares para o Curso de Serviço Social”. ABESS/CEDEPSS. Cadernos ABESS. São Paulo, Cortez, nº 7, 1997, p. 60; Revista Temporalis, 2001, nº 3; Revista Temporalis, n. 15, 2015; Revista Praia Vermelha, n. 10, 2010.

² Insistimos que esse é um passo prévio e necessário, posto que consideramos que há várias problematizações a serem enfrentadas no nosso debate, dentre elas: se a questão social é a base de fundação ou objeto da profissão, com qual concepção de questão social se está trabalhando e qual a natureza que atribuímos a ela? O que significa considerar que uma profissão tem objeto próprio? Que estatuto estamos atribuindo à profissão ao buscar delimitar seu objeto de intervenção?

³ A classe burguesa atinge seu objetivo: tomar o poder político, pois este é o campo do possível e necessário para colocar como imperativo um novo projeto societário. É o universal que se almeja, porém, num primeiro momento

classe burguesa moderna em sua substância econômica e política e, com promessas de efetivar, também, conteúdos sociais. Ocupando a posição de projeto dominante, a classe burguesa empreende e oferece a todos os indivíduos a emancipação universal, partindo da sua situação particular (LUKÁCS, 1968).

Para que a produção capitalista moderna pudesse atingir seus objetivos de acumulação de capital monetário e produtivo, a classe burguesa em processo de constituição econômica e política realizou um ato revolucionário ao conquistar a permissão para que os trabalhadores adquirissem um novo estatuto jurídico, tornando-os homens livres para vender, de forma assalariada, a sua força de trabalho no mercado. É a partir dessa conquista histórica que “[...] a burguesia despiu da sua auréola sagrada todas as atividades até então veneráveis e reputadas como dignas. Transformou o médico, o jurista, o padre, o poeta, o homem de ciência em trabalhadores assalariados pagos por ela” (MARX ; ENGELS, 1998, p. 8). Ao mesmo tempo, na base material da sociedade civil, o processo de trabalho vinculado à manufatura é colocado à prova pelo poder das máquinas, ou seja, “[...] na manufatura, o ponto de partida para revolucionar o modo de produção é a força de trabalho, na indústria moderna, o instrumental de trabalho” (MARX, 1975, p. 424).

Instaura-se um processo de desenvolvimento econômico e político representado pela classe burguesa moderna. Conjuntamente, fruto da contradição do projeto em voga, gestam-se e desenvolvem-se em suas entranhas, homens e mulheres trabalhadores (as), que tomam as ruas e ocupam o chão das fábricas dos países europeus na condição de classe operária em-si e, posteriormente, para-si, a serviço do projeto da classe burguesa.⁴ Um sonho tornou-se realidade. Contudo, era um sonho desprovido de exames teórico-práticos, pois, o oásis que vislumbravam as mentes e corações, não permitia que as fendas que encobriam os olhos dos trabalhadores trouxessem luz para compreenderem que, de imediato, o que estava em jogo era um encontro de classes com projetos de sociabilidade totalmente diferenciados, antagônicos e contraditório. Um projeto amparado nos fundamentos teórico/práticos da ‘santa’ concorrência, a qual

[...] é a expressão mais acabada da guerra de todos contra todos que caracteriza a sociedade burguesa moderna. Esta guerra, guerra pela vida, pela existência, por tudo, e que, dadas as circunstâncias, pode ser uma guerra de morte, põe em luta não só as diferentes classes da sociedade, mas também os diferentes membros dessas classes (Engels, 1985, p. 93). Forma-se um tipo de homem burguês esclarecido, em que o pensamento expressava ‘um individualismo secular, racionalista e progressista’ (HOBSBAWM, 1977, p. 37).

Ancorada nos fundamentos da Economia Política Clássica por meio dos seus representantes maiores – Adam Smith e David Ricardo – e, filosoficamente, pela produção intelectual idealista

o particular tem que ser apresentado para, no campo da proposição, atingir, no processo, o universal. Lukács (1968, p. 77-78) explicita que na “[...] dialética de universal e particular, o conceito de universal sofre uma modificação qualitativamente decisiva”.

⁴ Fruto do processo contraditório presente no objeto – projeto societário capitalista moderno-, “[...] a burguesia não se limitou a forjar apenas as armas que lhe trarão a morte; produziu também os homens que empunharão essas armas – os operários modernos, os proletários” (MARX; ENGELS, 1998, p. 12).

de Hegel, a burguesia moderna assenta os pilares do seu projeto de classe,⁵ trazendo, em sua bagagem conteúdos que expressavam ações teórico-políticas progressistas, o que permitiu angariar simpatizantes e militantes em prol da construção de um novo mundo para todos. As credenciais progressistas indicavam que a dimensão humanista, a perspectiva histórica da apropriação do real e da realidade e o princípio da contradição, conteúdos intrínsecos à perspectiva de análise do materialismo histórico-dialético, estavam assegurados. Contudo, o projeto de sociabilidade burguesa carregava em sua própria forma de ser e de existir o germe da contradição, ou seja, a formação da classe trabalhadora em si. As condições objetivas/subjetivas estavam dadas. E não tardou para que as relações estabelecidas de classe tornassem explícitas para o entendimento dos envolvidos, mas não só. A vida como ela é tornava-se realidade, sem pruridos, sem retóricas sofistas. Na primeira metade do século XIX, precisamente a partir de 1830, era possível compreender os verdadeiros significados dos personagens que encenavam neste palco e quem postava-se na condição de comando e de comandado (LUKÁCS, 2010).

Aos sons das turbinas e das engrenagens das máquinas a vapor, capitalistas modernos e trabalhadores operários colocavam em movimento o projeto societário burguês de acumulação de capital. Conteúdos intrínsecos às bases que sustentavam a forma de ser e de existir do projeto burguês, em voga dominante, começam a dar sinais de força e de fraqueza. As máquinas em movimento davam provas do poder que acolhia em sua constituição o trabalho vivo acumulado em suas engrenagens, mas também não conseguiam esconder a condição servil da força de trabalho em comandar as máquinas na condição de seu apêndice. O trabalho abstrato tomava conta da produção e o trabalho concreto acompanhava suas determinações, desde o despertar da aurora até o cair da noite, contudo, muitas vezes, estendendo sua fúria até a escuridão das madrugadas. Algo em comum efetiva-se. A classe feudal estava destituída de qualquer possibilidade de retomar seus poderes econômico e político conquistados durante a Idade Média e, ao mesmo tempo, a sociedade burguesa instaurava um projeto que veio para ficar por um dado tempo histórico. Agora, ao invés de senhores feudais, servos, vassalos e clérigos, vivenciava-se a convivência entre as classes burguesa e proletária. A primeira, que detinha os meios fundamentais privados de produção e que se apropriava da mais-valia social produzida e, a segunda, proprietária unicamente da sua força de trabalho. Hobsbawm (1977) para mostrar o poder dos capitalistas modernos, explicita-nos que “[...] os deuses e os reis do passado eram impotentes diante dos homens de negócios e das máquinas a vapor do presente” (HOBSBAWM, 1977, p. 69).

As relações estabelecidas entre burgueses e proletários ganhavam notoriedade. A classe burguesa revolucionou dimensões objetivas e subjetivas da nova sociedade em construção. Todas as relações foram transformadas em mercadorias, ganhando notoriedade uma forma específica de domínio das relações de produção econômica e social: a mercadoria dinheiro. O equivalente universal assumiu a posição de excelência e todas as relações eram eminentemente efetivadas pela troca de mercadorias mediadas pelo equivalente universal: dinheiro. No momento em que a mercadoria dinheiro assumiu este lugar, seu fetiche oculta a centralidade da categoria trabalho, transformando as relações autocriativas humanas em sinônimo de coisas. Criou-se uma retórica teórico-prática que o trabalho humano não é o

⁵ “Como é sabido, os ideólogos da burguesia progressista não apenas haviam admitido a luta de classes na história, como chegaram mesmo a tratá-la como problema central da história. Que se recorde os historiadores franceses da Restauração” (LUKÁCS, 1968, p. 93).

responsável principal pelo metabolismo natural e eterno entre os homens e a natureza, mas, as relações entre coisas é que se tornaram senhoras de si e de todos. O invólucro místico mercadoria dinheiro, que se manifestava nas trocas entre coisas, passou a comandar todas as relações estabelecidas na sociedade nas esferas da produção e da reprodução. Num mundo que se constitui na troca de coisas, as quais tornam-se sujeitos dos processos estabelecidos entre os homens, que tipo de sociabilidade está em processo de construção e em pleno vigor? A negação da constituição do ser, a barbárie. No entanto, é fundamental compreendermos que como a história não tem teleologia, o futuro está em aberto.

É a partir deste novo/velho que a classe trabalhadora passa a experimentar e a responder aos seus universos que envolvem o mundo das necessidades e da liberdade. Convivendo diariamente na condição de buscar respostas para dar conta do mundo da necessidade, a classe trabalhadora obriga-se, também e fundamentalmente, a fazer perguntas. Um projeto societário que não possibilita que homens e mulheres desenvolvam uma vida plena de sentido, no entanto, constitutivo na sua essência em transformar as relações materiais e espirituais em coisas, tem que ser destruído. Enquanto a classe trabalhadora se desfaz física e espiritualmente, a classe burguesa cresce na esfera do comando e na apropriação do valor.

No entanto, a classe burguesa teve que admitir duas situações reais concretas que se estabeleceram como fruto da contradição das relações resultantes de projetos de classe: o pauperismo generalizado que tomava conta dos lares e das ruas das grandes cidades, em particular na Ilha, em sua capital,⁶ e o protagonismo da classe trabalhadora. Em 1830, em virtude dos interesses diferenciados em relação às demais classes sociais estruturadas, “[...] o proletariado surge na história como classe autônoma, em-si e para-si, capaz de resolver em sentido progressista as novas contradições geradas pelo próprio capitalismo triunfante” (COUTINHO, 1972, p. 8).⁷

Ao deparar com estes dois fenômenos históricos, a classe burguesa compreende que não se trata mais de um projeto retórico de universalidade aceito pela maioria da população, mas sim, tem a certeza de que seu projeto é particular e não atende às necessidades sócio-históricas da classe trabalhadora. O antagonismo e a contradição dos projetos em disputas escancaram que não há nenhuma construção teórico-prática inocente. Encerra-se um período de conciliação de interesses de classe e todas as premissas que sustentavam a classe burguesa sob o comando de procedimentos progressistas são interrompidas, colocando em seu lugar um projeto pautado em premissas conservadoras. Neste momento, a ciência moderna perde o seu rigor da busca da verdade. A ciência e a filosofia são negadas como fundamentos que regem os conteúdos extraídos dos ensinamentos, frutos do período das luzes, bem como nas construções dos economistas políticos clássicos e nas obras cêntricas de Hegel. A partir de agora, a pseudocientificidade ganhava terreno e ao invés do rigor teórico-metodológico e histórico fundamentarem o que é a verdade, as práticas manipulatórias respondiam tanto à situação de miséria que assolava a classe trabalhadora quanto ao projeto de classe em-si e para

⁶ Contudo, é necessário compreendermos que a miséria humana e o protagonismo da classe trabalhadora foram reconhecidos como dois conteúdos naturais e passageiros. Engels, em sua obra “A situação da classe trabalhadora na Inglaterra” (1985) deixa nítido que a classe dominante escondia, em todos os momentos, o caos que tomava conta das ruas de Londres, em particular nos bairros periféricos. O pauperismo e a sua consequência drástica final, a morte de crianças, jovens, adultos e idosos, que a fome levou, não eram admitidos nem pelos juízes.

⁷ Ver também Hobsbawm (1977, p. 234-235).

si dos trabalhadores, colocado na ordem do dia.⁸ Assim, falseando a realidade, “[...] a filosofia da decadência torna-se cada vez mais, um pensamento imediatista, centrado nas aparências fetichizadas da realidade” (COUTINHO, 1972, p. 22). A partir deste momento a economia apologética e o idealismo filosófico criam uma suprema afinidade. A classe burguesa, por meio de seus intelectuais em diferentes especialidades (história, economia e filosofia), desloca suas respostas e perguntas do campo da ciência e organiza um conjunto de discursos apologéticos e filantrópicos nominado pela expressão “questão social”. Os conteúdos resultantes da vida cotidiana – o pauperismo e a constituição da classe trabalhadora na condição de classe para-si, estabelecidos por meio de relações entre interesses antagônicos e contraditórios de classe no âmbito econômico, político e social–, são transformados em meras consequências da ausência de capacidade de gestão administrativa, fiscal, burocrática e de falta de compreensão com as adversidades da vida. Na condição de falseadores das relações que estabeleciam na vida prática cotidiana, afirmavam que a chamada “questão social” era algo natural, inusitado e passageiro e argumentavam que após aplicarem medidas restauradoras sobre este conteúdo, a vida retomaria o curso natural da história. Contudo, o que os homens que se colocavam como os cavaleiros que anunciavam a boa nova não revelavam, nos espaços públicos e privados, é que, “[...] pela primeira vez na história registrada, a pobreza crescia na razão direta em que aumentava a capacidade social de produzir riquezas” (NETTO, 2001, p. 42). Ao mesmo tempo, negavam que o projeto de classe dos trabalhadores tinha em sua centralidade um projeto de sociedade revolucionário, com conteúdo emancipatório.

No entanto, ao reconhecer que o fenômeno do pauperismo assolava todos os cantos das cidades, em particular nas capitais, a classe burguesa não mediu esforços para que o Estado, representado pela máxima hegeliana como espírito absoluto, fosse convocado para dirimir as diferenças entre o pensamento e a realidade, colocando em movimento um arsenal de conteúdos institucionais coercitivos. Era necessário retirar das ruas ou impedir que lá chegasse um contingente de crianças, jovens, adultos e idosos, destacando que uma maioria expressiva destes trabalhadores estava doente. Conferindo empiricamente a situação histórica concreta, “[...] em Londres levantam-se todas as manhãs 50.000 pessoas sem saberem onde repousarão a cabeça na noite seguinte” (ENGELS, 1985, p. 43).

O resultado real: vidas humanas em condição de degradação total que não serviam mais para retornarem ao mercado de trabalho, partes de uma classe perigosa, que colocavam as vidas das famílias burguesas em risco material e moral. Vivendo nas ruas, desempregados, trabalhadores individuais ou em família, para ter as condições mínimas de não perecerem, buscavam respostas por meio de diferentes maneiras, destacando as práticas de mendicância, o roubo e a prostituição de seus corpos. Cumprindo seu papel de classe, as ferramentas utilizadas pelo Estado burguês seguiam os mesmos protocolos, ou seja: reprimir, prender ou matar. Em situação limite, este Estado, como agente moralizador e mantenedor da ordem, por meio do aparelho repressor, não mandava recados, agia sem nenhum princípio humanitário

⁸ Lembrando que a classe média e a classe industrial inglesa que se enriquecem com a miséria dos trabalhadores não assumiam este acontecimento real. Em nenhum momento trouxeram a questão para o campo de responsabilidade de classe, resultante da contradição de interesses. “Ela, que se sente forte, representativa da nação, tem vergonha de desnudar, aos olhos do mundo, esta chaga da Inglaterra; ela não quer confessar que se os operários são miseráveis é ela, a classe industrial possuidora, que deveria arcar com a responsabilidade moral dessa miséria” (ENGELS, 1985, p. 27).

amparado nos resultados da carta de direitos humanos promulgada na França (ASHTON, 1971, p. 163-168).

Neste mesmo contexto, a voracidade para ampliar os seus lucros impedia que os capitalistas modernos conseguissem conviver com a força de trabalho inativa. Apesar da carta de Direitos Humanos ser festejada como conquista do projeto progressista, os trabalhadores que vacilassem em praça pública ou que exigissem melhorias das suas condições de trabalho e de salário, eram convidados pelo convencimento ou pelo uso da força, a colocarem suas energias físicas e psíquicas em movimento a qualquer preço. Na França e na Inglaterra, logo em seguida aos festejos da conquista histórica da carta dos direitos humanos, a classe burguesa não vacilou e explicitou, nos dois países, quais eram seus interesses de classe.⁹ “A lei de 1799 dispunha que qualquer pessoa que se reunisse a outra para obter um aumento de salário ou redução de horas de trabalho fosse levada a juízo e, sendo provada a culpa consciente, condenada a três meses de prisão” (ASHTON, 1971, p. 161)¹⁰.

Conjuntamente ao processo de enfrentamento ao contingente de trabalhadores famintos, a classe burguesa convivia com os processos contraditórios intrínsecos ao seu projeto na planta produtiva e reprodutiva. As regras estabelecidas na esteira do mercado encontravam dificuldades para manter elevadas as taxas médias de crescimento de mais-valia. Crises cíclicas de estagnação ruíam as bases do projeto societário burguês. Além das dificuldades em responder à população desempregada ou já em estágio de mendicância, a própria classe tinha que criar saídas para colocar em movimento toda base produtiva e reprodutiva, pois a produção requer, imperativamente, o consumo. Caso este processo direto não se estabelecesse, a superprodução colocava em risco o projeto burguês. Imediatamente, as respostas a serem dadas recaem sobre a classe trabalhadora: redução de salários diretos, contenção do fluxo de novas contratações de força de trabalho por meio de vínculos precários, demissão em massa e, quando era possível, utilizavam-se de todos os mecanismos manipulatório fraudulentos para vender ou comprar equipamentos e matéria-prima. Este cenário se aprofundou nos países europeus entre os anos de 1815 e 1830. Além de confrontar com situações limites na esfera econômica, a classe burguesa também enfrentava a movimentação de personagens pertencentes aos extratos da classe dominante que buscavam retornar às formas de governo absolutistas, ou seja, as experiências monárquicas constitucionais colocavam-se à prova.

É neste momento histórico, aproximadamente a 1830, que ao mesmo tempo em que a burguesia tinha que responder ao cenário econômico, político e social que estremecia as bases do projeto burguês de sociedade e, para tanto, fragilizava suas premissas progressistas, a classe trabalhadora em condição de classe em-si, como uma toupeira em pleno inverno, descortinava sua missão histórica e, fundamentada por experiências práticas e enunciados teóricos/políticos, apresenta seu projeto de classe para-si. Os trabalhadores apresentaram à sociedade europeia um projeto societário de classe, com um ingrediente diferenciado: revolucionário com conteúdo emancipatório. Este processo colocou a classe burguesa em 1830 em seu devido lugar científico, filosófico e prático: uma classe portadora de um projeto de

⁹ “As exigências do burguês foram delineadas na famosa Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, de 1789. Este documento é um manifesto contra a sociedade hierárquica de privilégios nobres, mas não um manifesto a favor de uma sociedade democrática e igualitária” (HOBBSAWM, 1977, p. 77).

¹⁰ Ao mesmo tempo, para conter a mendicância que crescia, “[...] no dia cinco de julho de 1808, foi promulgada a lei que reprime a mendicância” (MARX, 1995, p. 78).

sociedade particular e sem qualquer possibilidade de se tornar universal. A classe burguesa foi obrigada a reconhecer que a classe trabalhadora não era um apêndice do seu projeto, mas tinha um projeto próprio de classe, com uma diferença determinante: no momento que a classe burguesa deixa de representar o progresso quando comparado com os conteúdos legados do projeto feudal, torna-se, definitivamente, uma classe ancorada em práticas conservadoras e, em diferentes momentos, transita do racionalismo formal-abstrato para o irracionalismo e vice e versa.

Neste mesmo universo geopolítico, a classe trabalhadora coloca sua bandeira na rua e, consciente de seu papel histórico, porém, carente de fundamentos teóricos e políticos que dessem sustentação para efetivar seu propósito, trava lutas locais e regionais nos espaços de produção e de reprodução social. Contudo, é em 1848 que este modo de ser e de pensar da classe trabalhadora, ou seja, ser uma classe progressista com premissas fundadas nos pilares da revolução emancipatória, galgando construir uma sociedade plena de sentidos, é colocada à prova. Marx & Engels (1998, p. 17) compreendem que, “[...] dentre todas as classes que hoje se opõem à burguesia, somente o proletariado é uma classe realmente revolucionária”.

A classe burguesa deixa sua marca registrada do seu papel histórico e aliando-se à fração da classe aristocrática com vínculos sólidos com a terra, mostra o verdadeiro significado de ser a classe dominante e, ensina-nos o quanto a classe trabalhadora precisava construir para tornar-se uma classe portadora e executora do projeto emancipatório de sociedade. Dessa maneira, “É nas jornadas de 1848, que se patenteia o radical antagonismo entre ambos: quando se põe a exigência da *república social*, explicita-se o limite do mundo burguês” (NETTO, 1998, p. XIX). Ao ser colocado em prática na França no século XIX, em 1848 e 1871, a classe burguesa não teve dúvida em reprimir e aniquilar os processos revolucionários em marcha. As revoluções de 1830, e ainda mais a de 1848,

[...] atestam que a burguesia perdeu seu lugar à frente do progresso social. Em 1830 começa o processo de decomposição da filosofia burguesa clássica, que termina com a revolução 1848. Esta data forma, na evolução da filosofia, o limiar de um novo período que termina mais ou menos no início do período imperialista. O combate ofensivo da burguesia contra as sobrevivências do feudalismo está então acabado: sucede-lhe a defensiva contra o proletariado ascendente (LUKÁCS, 1979, p. 32-33).

As cartas estavam dadas, os atores eram os mesmos do período da conquista revolucionária francesa em 1789, porém, a posição em que se encontravam não condizia mais com o novo momento histórico. A classe trabalhadora representada pelo proletariado deixou de ser aliada da burguesia em ascensão, tornando-se a verdadeira autora de seu próprio projeto. Falando e agindo a partir de um novo lugar, a classe burguesa, para responder aos dois processos presentes na ordem do dia – a pauperização e o projeto societário do proletariado -, passa a utilizar da retórica apologética e dos protocolos falsificadores dos conteúdos científicos. Ao mesmo tempo, quando necessário, jamais deixou de colocar em prática os aparelhos repressivos de Estado. As duas situações reais, manifestadas nas instâncias econômica, política e social, resultado das relações contraditórias estabelecidas pela relação capital/trabalho, jamais foram reconhecidas como conteúdo verdadeiro pelos representantes do projeto societário burguês moderno. A reação ocorreu em outra direção. No lugar do conhecimento

desinteressado, coloca-se à prova a pura manipulação da realidade¹¹, dos conhecimentos, ou no impedimento de obtê-los.

Neste momento ocorre “[...] uma cisão entre a essência (práxis criadora) e a existência (a vida social) dos homens” (COUTINHO, 1972, p. 24). O resultado foi imediato e contínuo:

[...] a práxis aparece agora como uma mera atividade técnica de manipulação; a objetividade fragmenta-se numa coleção de ‘dados’ a serem homogeneizados; e, finalmente, a razão reduz-se a um conjunto de regras formais subjetivas, desligadas do conteúdo objetivo daquilo a que se aplicam. Essa ‘miséria da Razão’ transforma em algo irracional todos os momentos significativos da vida humana (COUTINHO, 1972, p. 29).

É o fim das proposições que fundamentam o projeto progressista burguês.¹² O humanismo, o historicismo e a razão dialética que estruturam as bases da construção da ciência são negados em sua totalidade e os espaços públicos e privados são tomados por ações e conteúdo que prezam pelo imediatismo¹³ e pelo espontaneísmo.¹⁴ A mudança brutal adotada pela burguesia retira os homens e suas relações da história e, num passo de mágica de cariz apologético, generalizam e naturalizam tudo e todos. A crítica, conteúdo cêntrico presente em qualquer procedimento rigoroso científico e filosófico, sai de cena e o espaço passa a ser ocupado por justificativas banais, opinativas, distantes de qualquer possibilidade de buscar a verdade aproximativa que se encontra nos movimentos ontológicos de constituição de todo e em qualquer objeto ou relações objetivadas. O conteúdo imediatista e espontaneísta ganha forma e conteúdo fetichizado. Assim,

[...] não interessava mais saber se este ou aquele teorema era verdadeiro ou não; mas importava saber o que, para o capital, era útil ou prejudicial, conveniente ou inconveniente, o que contrariava ou não a ordenação policial. Os pesquisadores desinteressados foram substituídos por espadachins mercenários, a investigação científica imparcial cedeu seu lugar à consciência deformada e às intenções perversas da apologética (MARX, 1975, p. 11).

Contudo, para colocar em movimento esse novo protocolo, a classe burguesa, mais uma vez, faz uso da razão instrumental, encontrando na burocracia um verdadeiro mecanismo para

¹¹ No entanto, Lukács adverte que a manipulação não é uma prática que resiste ao rigor científico. É necessário “[...] mostrar teoricamente que não estamos diante de um curso inexorável do processo econômico ou tecnológico. Ao contrário, é preciso mostrar que o que está em desenvolvimento é um processo manipulatório por uma classe determinada, de um modo bastante preciso, e que a manipulação parte de certos pretensos axiomas que são incapazes de resistir a uma observação mais atenta” (LUKÁCS, 1969, p. 112).

¹² Contrário ao período da Decadência da Ciência, os fundamentos que sustentam a classe burguesa como portadora de um projeto progressista de sociedade é a ciência autêntica. Esta, “[...] extrai da própria realidade as condições estruturais e as transformações históricas e, se formula leis, estas abraçam a universalidade do processo, mas de um modo tal que deste conjunto de leis pode-se sempre retornar – ainda que frequentemente através de muitas mediações – aos fatos singulares da vida. É precisamente esta a dialética concretamente realizada de universal, particular e singular” (LUKÁCS, 1968, p. 88).

¹³ O caráter social da imediaticidade está presente, com afinco, no momento em que o projeto progressista da ciência entra em decadência. “Em toda sociedade ricamente articulada, ela é tão-somente o modo pelo qual aparecem largamente absorvidas, as quais o pensamento e a análise devem descobrir na realidade superando assim a imediaticidade no plano conceitual” (LUKÁCS, 1968, p. 97).

¹⁴ O espontaneísmo é uma manifestação que em sua fonte primeira expressa a apropriação do real, construído conteúdos que se materializam na consciência social. Assim, faz-se necessária a apropriação do método ontológico-genético para realizar um salto qualitativo com relação ao comportamento espontâneo.

colocar regras de controle social¹⁵, ao invés de buscar as causas que colocavam a vida cotidiana em plena negação de existência humana. A partir deste inovado contexto, “[...] o conteúdo se sacrifica à forma, o real ao ideal, o particular ao universal abstrato” (COUTINHO, 1972, p. 27). A racionalidade, portanto, foi sucumbida e a ausência de razão é disseminada em todas as dimensões da sociedade, pública e privada e, sob a retórica dos apologetas filisteus burgueses, o movimento científico rigoroso, estandarte para explicar as relações e as circunstâncias em que os homens fazem ou sofrem a sua história, é substituído por conteúdos ideológicos da classe burguesa, a qual não vacilou em nominar as condições de vida dos homens, em particular o pauperismo que assolava a maioria da classe trabalhadora, bem como as reivindicações da classe trabalhadora na condição de classe para-si, com a expressão “questão social”. Transformaram todos os processos em uma mera abstração, e ao fazê-lo, os economistas modernos não explicitam a contradição das relações reais, mas a eternizam. Ao fazer este movimento no campo da consciência, os representantes da burguesia deslocam das suas análises os sujeitos históricos determinados, por meio da divisão social e técnica do trabalho, de seu lugar pertencente à particularidade de classe social, trata-os como indivíduos isolados, eliminando o particular.¹⁶ E, se não bastasse à burguesia e seus representantes sucumbirem o verdadeiro conteúdo que assustava a classe burguesa e a estabilidade de seu projeto, rapidamente encontraram uma nova retórica para justificar o injustificável.

Os ideólogos da ciência nesse período de decadência, manipuladores da ciência da história, de acordo com Marx (1995, p. 12-13), explicavam que a situação em que se encontrava a sociedade era resultado de problemas de gerenciamento administrativo, da prática assistencial, das práticas descuidadas na esfera da política ou ainda, da ausência de praticar os princípios que fundamentavam a filantropia, caridade e solidariedade individual entre as pessoas nas diferentes esferas da sociedade, ou seja, um verdadeiro apelo aos corações humanitários. Contudo, quando as situações batiam à porta da classe burguesa, a repressão sempre estava de prontidão para acalmar os ânimos descontrolados.

Marx (1995, p. 69-70) denuncia mais uma manobra apologética dos filisteus burgueses¹⁷. Ao pautar o diálogo apresentado pelo rei da Prússia que trata da reforma social, indagou e respondeu:

[...] miséria e crime são duas grandes calamidades: quem poderá repará-las? O Estado e as autoridades? Não, mas, ao contrário, a união de todos os corações cristãos, pois, [...]

¹⁵ De acordo Hegel, a burocracia é um estrato universal e, nesta condição, passa a ser a consciência do Estado. “A burocracia, portanto, é forçada a proteger a imaginária generalidade do interesse particular, o espírito de corporação, a fim de proteger a imaginária particularidade do interesse geral, seu próprio espírito: o Estado dever ser corporação, até que a corporação queira ser Estado, conseqüentemente uma sociedade particular, fechado no Estado” (MARX *apud* LUKÁCS, 1968, p. 83).

¹⁶ Ao eliminar o particular, o homem reduz-se a mero singular. Todas as mediações possíveis da sua sociabilidade diária que ocorrem na esfera do singular deixam de existir. Só existem dois extremos, ou seja, o singular e o universal. No entanto, Lukács (1968, p. 112) nos adverte a partir da compreensão rigorosa do método em Marx: “[...] o movimento do singular ao universal e vice-versa é sempre mediatizado pelo particular; ele é um membro intermediário real, tanto na realidade objetiva quanto no pensamento que a reflete de um modo aproximadamente adequado” (LUKÁCS, 1968, p. 112).

¹⁷ A discussão não era tratada na esfera da produção, e, por isso não apanha os fundamentos constitutivos da real situação. Neste sentido, a única saída encontrada pelos burgueses filisteus, legitimadores do projeto burguês, só poderia encontrar sustentação, estreita e falseada na esfera da circulação. Porém, por mais capazes que sejamos, é impossível e enganoso acreditar na resolução da problemática da miserabilidade na esfera da circulação.

a Inglaterra acha que a miséria tem o seu fundamento na lei da natureza, segundo a qual a população supera necessariamente os meios de subsistência (MARX, 1995, p. 69-70).

Essas fontes explicativas eram as respostas que os sacerdotes, a serviço do projeto burguês, davam para tentar justificar o injustificável que se manifestava em suas diferentes faces e diferentes lugares na base material da sociedade. Jamais chegariam a conceber, compreender e admitir que não existe uma “questão social”, que trata apenas (mas não de menor importância) da expressão fenomênica de uma dinâmica cuja lógica é dada pelas relações sociais capitalistas na direção da valorização/acumulação de capital. O discurso retórico apologético que destes interesses derivam encontra uma terminologia adequada a seus interesses, pois que constrói e esconde o verdadeiro conteúdo dos fenômenos históricos presentes, resultante da manifesta ou latente luta de classes. A burguesia, em processo de consolidação, abandonou e destruiu as premissas das conquistas liberais escritas com muito ‘sangue’ e colocou em seu lugar o chicote, o espírito moral cristão da solidariedade e os princípios administrativos da reforma, enquanto dimensão restauradora. Buscou nas ações individualistas a resposta para o que designam como “questão social”, no entanto, suas ações, na esfera econômica e política, orientavam-se por um projeto societário que continha seus interesses de classe.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Colocada a partir das Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996, a temática “questão social” tem sido fundamentada por diferentes matrizes e matizes e abordada como eixo articulador das diretrizes curriculares, como eixo fundante da profissão, como seu objeto/matéria prima, âmbito de intervenção e/ou como uma categoria teórica explicativa, dentre outras designações, o que demonstra a pluralidade e riqueza do debate e sua imprescindibilidade.

Neste artigo, apresentamos uma chave de leitura, dentre outras, que nos parece mais apropriada para desvendar os fundamentos explicativos de uma dinâmica constitutiva da ordem burguesa que foi designada pela expressão “questão social” e as manifestações fenomênicas que daquele processo decorrem.

Partimos do cenário sócio-histórico em que a burguesia, é autora e atora de um novo processo e na condição de classe dominante materialmente também domina o campo das ideias. “As ideias dominantes de uma época sempre foram as ideias da classe dominante” (MARX; ENGELS, 1986, p. 28). Utiliza-se permanente e sistematicamente de falsos conteúdos por meio de seus apologetas e filantropos para garantir a suposta harmonia, tranquilidade e prosperidade. Ela não mediu esforços para que o mundo das ideias estivesse sob o seu controle e quando o perigo era iminente, pois a fome tem pressa e a classe trabalhadora já se posicionava como protagonista de um novo projeto revolucionário, as ferramentas da opressão foram colocadas em movimento e, sem nenhum escrúpulo, deixava claro quem era o verdadeiro comandante do projeto societário em tempo real.

Na mesma direção, demonstramos que os homens livres não se constituem de imediato em uma classe trabalhadora. Isso somente ocorre a partir do século XIX, e implica em um conjunto de condições objetivas e subjetivas, efetivamente em 1848, momento do protagonismo político da classe operária que marca historicamente a sua passagem de classe em-si em classe para-si.

Neste trânsito, há que se destacar que o reconhecimento dos fenômenos, sua constatação empírica, não significa de imediato a aquisição de consciência política, muito menos teórica. Quando a exploração do capital sobre o trabalho atinge níveis insuportáveis e insustentáveis, trabalhadores e trabalhadoras, em processo de organização, entram em cena. Assim, essa população pauperizada se constitui em ameaça à ordem econômica, política e moral quando adquire consciência da sua exploração e, o pauperismo deixa de ser apreendido como decorrência de processos naturais, mas sim, resultado da exploração particular histórica de um determinado tipo de desenvolvimento social que só se realiza na base da exploração do trabalho pelo capital.

Neste âmbito, insistimos: a expressão “questão social” passa a ser utilizada em decorrência da consciência política do proletariado acerca de uma nova pobreza. Esta apresenta novas determinações, tanto nos seus fundamentos quanto em sua amplitude, posto que ela se generaliza. Nessa abordagem que aqui trazemos, “questão social” vincula-se à constituição e consolidação da classe operária em para-si e à ameaça que esta representa, de maneira latente ou explícita, para a ordem burguesa. Neste processo de pauperização, pleno de determinações complexas, em que se entrelaçam questões étnico-/raciais, de gênero, nacionais, regionais, geracionais, se produzem novas e se reforçam antigas refrações. Portanto, as refrações do que é chamada no debate contemporâneo, em especial no Serviço Social, de “questão social” são múltiplas, pluridimensionais, polifacéticas. São expressões fenomênicas de processos sociais revestido de um invólucro místico e acobertando o fato de que na exploração do trabalho pelo capital, que resulta da apropriação privada da riqueza social, a contradição dialética se expressa por inteiro: o mesmo processo que gera a riqueza gera o seu contrário, o que põe o fundamento da luta de classes.

A partir da divisão das ciências sociais em especialidades do conhecimento, cancelam-se as análises que fazem relação crítica entre o desenvolvimento capitalista, a pauperização absoluta e a constituição da classe para si, de modo que as ciências especializadas com objetos próprios deixam de fora a análise da mais valia, da luta de classes e da perspectiva da revolução. Ao mesmo tempo, a retórica apologética dos epígonos da burguesia coloca no centro das análises a chamada “questão social”. Contudo, é preciso reafirmar que essa expressão assim utilizada é limitada, posto que, não explicita as relações sociais que engendram o fenômeno que foi designado como “questão social”, de modo que, pela sua natureza (como expressão) não possui poder explicativo. No entanto, ela é o sinal de alerta de que há uma dinâmica na ordem burguesa que precisa ser desvelada, combatida e negada. Exigência incontornável posta à profissão é a de que, com base nos fundamentos da tradição marxista, contribua no desvelamento dos processos históricos que são designados como “questão social” e indique o traço mistificador da utilização do termo pelo pensamento conservador.

Concluindo: não é a expressão “questão social”, mas o processo de produção/valorização do capital que é a chave para a compreensão (melhor dizendo, é a categoria explicativa) dessa dinâmica que interessa a assistentes sociais, posto que nos coloca desafios. Antes, porém, é preciso entender que se trata de uma expressão fenomênica cujos fundamentos devem ser revelados pela análise crítico-ontológica, na perspectiva de. interpretarmos, da maneira mais adequada possível, por que razões essa complexa dinâmica, que é dada por relações sociais especificamente capitalistas modernas, que se fundamenta na economia e na política, foi designada como “questão social”. Mas é preciso insistir, como argumentamos, que a

expressão esconde justamente a *dinâmica revolucionária* que a funda e que reafirma o protagonismo da classe trabalhadora não no tratamento/alívio da “questão social”, mas na sua supressão.

REFERÊNCIAS

ASHTON, T. S. **A Revolução Industrial: 1760-1830**. 2. ed. Trad. Jorge de Macedo. Rio de Janeiro: Publicações Europa-América, 1971. (Col. Saber).

COUTINHO, C. N. **A Miséria da Razão**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972.

ENGELS, F. **A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra**. Trad. Rosa Camargo Artigas e Reginaldo Forti. São Paulo: Global, 1985.

HOBBSAWM, E. J. **A Era das Revoluções: Europa 1789-1848**. 8. ed. Trad. Maria Tereza Lopes Teixeira e Marcos Penchel. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

LUKÁCS, G. **Marxismo e Teoria da Literatura**. Trad. Carlos Nelson Coutinho. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

LUKÁCS, G. **Existencialismo ou Marxismo**. Trad. José Carlos Bruni. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.

LUKÁCS, G. **Conversando com Lukács**. Entrevista a Leo Kofler, Hans Heinz Holz e Wolfgang Abendroth. Trad. Giseh Vianna Konder. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969. (Série Rumos da Cultura Moderna, v. 32).

LUKÁCS, G. **Introdução a uma Estética Marxista: Sobre a Categoria da Particularidade**. Trad. Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

MARX, K. Glosas Críticas Marginais ao Artigo O rei da Prússia e a Reforma Social. De um Prussiano. Trad. Ivo Tonet. **Revista Práxis**, Campinas-SP: Editora UNICAMP, n. 5, p. 68-91, out. 1995.

MARX, K. **O Capital: crítica da economia política**. Trad. Reginaldo Sant’Anna. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975. L.1, v.1-2.

MARX, K.; ENGELS F. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Cortez editora, 1998.

MARX, K.; ENGELS F. **A Ideologia alemã (I Feuerbach)**. Trad. José Carlos Bruni e Marco Aurélio Nogueira. 5. ed. São Paulo: Hucitec, 1986.

NETTO, J. P. Cinco Notas à Propósito da “Questão Social”. **Temporalis**, Brasília (DF): Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, v. 2, n. 3, p. 41-49, jan./jun. 2001.

NETTO, J. P. Prólogo: Elementos para uma leitura crítica do Manifesto Comunista. In: MARX, K.; ENGELS F. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Cortez editora, 1998.

Yolanda GUERRA Trabalho na concepção, análise e interpretação dos dados e redação do artigo. Assistente social, Mestre e Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1994 e 1998). Professora Associada da Universidade Federal do Rio de Janeiro nos âmbitos da Graduação e da Pós-Graduação. Coordena o Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre os Fundamentos do Serviço Social na Contemporaneidade- NEFSSC da UFRJ e o Projeto de Pesquisa Serviço Social: Fundamentos, História, Memória, Trajetórias (2018). Tem experiência na área de Serviço Social, com ênfase nos Fundamentos, exercício e formação profissional, atuando principalmente nos seguintes temas: fundamentos, teoria-prática, instrumentalidade, projetos profissionais, direitos sociais. Supervisora de Pós-doutorado. Participa da comissão coordenadora da Red Iberoamericana de Investigación en Trabajo Social/Rede Iberoamericana de Investigación em Serviço Social. Membro da Rede de Pesquisas sobre o Trabalho do Assistente Social-RETAS. Bolsista Produtividade em Pesquisa CNPq nível 1A. Foi Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFRJ no período de 2006 a 2010. Ex-Coordenadora Nacional de Pós-Graduação da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social- ABEPSS - gestões 2009-2010 e 2011-2012. Membro titular do Comitê de Assessoramento Psicologia-Serviço Social no CNPq no período de 2014 a 2017 .

Alfredo BATISTA Trabalhou na concepção, análise e interpretação dos dados e redação do artigo. Graduado em Serviço Social pela Universidade Estadual de Londrina (1988). Graduado em Filosofia pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (2011). Mestre em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1994). Doutorado em Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social PUC/SP pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2002). Atualmente é professor de ensino superior nível D da Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Tem experiência na área de Serviço Social, com ênfase em Serviço Social do Trabalho, atuando principalmente nos seguintes temas: serviço social, trabalho, questão social, formação profissional e política social.
